

A dívida: necessidade de vê-la em conjunto

Extrema

ESTADO DE SÃO PAULO

26 SET 1985

ISRAEL DIAS NOVAES

Por sua própria natureza universal, a União Interparlamentar deixa de refletir, com realismo e efetividade, aspectos supostamente regionalizados. Somos um fórum de debates, com representação de interesses frequentemente contraditórios. Nossas decisões, doutro lado, ostentam quase sempre o caráter não-coercitivo: representamos o poder desarmado por excelência, aquele que em determinados momentos históricos dos povos chega a inexistir, enquanto os Executivos permanecem, e se alimentam da fraqueza daquele, quando não o devoram.

Não dispondo de poderes decisórios, desfrutamos do consolo da desenvoltura, da maior mobilidade. O que dizemos sugere, mas dificilmente resolve. Enquanto os Executivos nacionais se poupam, pois suas palavras representam resoluções e compromissos, aos representantes populares reserva-se a pobre tarefa de testemunharem aquilo que as massas nacionais reivindicam, desinformadas da complexidade das engrenagens de dominação internacional.

O relacionamento econômico-financeiro do mundo atual parece-nos firmar-se como o mais pungente desafio contemporâneo. Num jogo mais de palavras do que de idéias, já se disse que a luta de classes da sociedade transferiu-se para as nações que hoje são pobres, escravizadas, em contraste com as desenvolvidas, estas com o destino da grande maioria nas mãos. Desse domínio se questiona até mesmo a legitimidade. Quem deve? Por que deve? Como deve? O controle dos países credores sobre os outros

agravou-se de tal forma que, enquanto eles podem tudo, os outros não podem nada. Condições de pagamento, juros, prazos, tudo lhes é determinado pelos poderosos. O mundo industrializado controla as duas pontas da operação internacional: a importação e a exportação. Dita os preços de uma e de outra. A soma de tais circunstâncias impossibilita o ressarcimento da dívida e degrada a vida interna do pobre cada vez mais pobre.

Se os credores tudo podem, podem sobretudo entender-se na cobrança e nos termos contratuais. Mantêm-se unidos, entendidos, solidários. O FMI, os Governos, os bancos credores associaram-se e têm uma só voz. Não lhes bastasse essa conduta orquestrada, resolveram vetá-la aos antagonistas. Não admitem, disfarçada ou abertamente, que adotem uma atitude comum, que conversem para entender-se. Os devedores, nós, temos que ser tratados um a um. Dividem-nos para administrar-nos. Com isso se desaparecem os resquícios da independência econômica, perigam tragicamente os da autonomia política. O FMI vasculha-nos a intimidade, intervém na condução dos nossos negócios internos, ordena a maneira pela qual desejam bancos e governos supostamente credores que nos conduzamos, a fim de mais tranqüilamente nos executarem.

Ora, a situação, tal como está posta e descrita, oferece riscos só invisíveis aos cegos deliberados, aqueles que não querem ver. A ganância dos credores, nos termos atuais, está conduzindo os devedores a crescente exasperação. Há um desassossego in-

terno nas nações devedoras que põe em risco a sua já combalida ordem social. Crescentemente pobres, os povos sentem que a cada dia têm menos a perder. A inflação corrói e avilta os costumes e as instituições. A recessão imposta pelos credores lota as ruas de "chomeurs", exaltando os índices de criminalidade. A desmoralização nacional, o perecimento das perspectivas, levam à descrença no futuro, a total desesperança e desta à desordem, precursora da guerra civil, na qual se entra sem cogitar da saída. Os governos podem sofrer o assomo dos povos atormentados, com perda de autoridade e desintegração geral.

Da crise econômica emerge, assim, o fantasma da destruição de valores. Conscientes desse quadro, brasileiros de inquestionada admiração de seu povo já definiram seu posicionamento: Tancredo Neves lhe legou, em testamento, a lição de que dívida se paga com dinheiro, não com sangue e fome. O industrial Antonio Ermírio de Moraes, o maior do País, advertiu ontem encontrar-se o Brasil em vésperas de uma Pompeia, na qual o novo Vesúvio se entrometa sem disfarces.

Alongamo-nos nas presentes considerações, senhor presidente, srs. congressistas, para advertir às duas metades do mundo, a credora, escandalosamente minoritária, e o resto ululante do mundo, os milhões que já nascem devedores, e dessa circunstância, inocentes. Queremos saber que terrível proveito poderão experimentar sete ou oito nações progressistas com os seus arredores conflagrados. Serão uma ilha precária, efêmera, com o incêndio a lambê-las por todos os lados.

Os rumos a serem adotados para obviar a situação, adia-la, no mínimo, seria o da equiparação das partes. Necessitam os devedores reunir-se em conversações, definir uma conduta comum, a fim de comparecerem unidos perante a parte contrária. Repugna-nos prosseguir na prática de a cada dia nossos presidentes e ministros correrem o mundo, de "sombreiro em la mano", a solicitar compreensão e piedade para o seu caso isolado. Não se propõem desde logo moratória ou simples denúncia de compromissos, mas um encontro, para entendimentos altos, que reequilibrem a economia do mundo, tranqüilizem os credores e amenizem as perspectivas dos devedores. Só o trabalho e a produção geram recursos para o resgate de dívidas. Não se cobra um devedor estrangulando-o.

Do meu lado, anima-me a idéia da reunião das nações latino-americanas, em outubro, em Montevidéu, já que fixada na recente reunião de Brasília. Esta oportunidade não poderá ser perdida, e não o será. Cada país exporá, já agora não aos contendores, mas aos companheiros de desdita sócio-econômica, suas próprias condições e perspectivas. Desse cotejo há de resultar uma fórmula comum, que deverá ser aceita pela outra parte; esta, no fundo, por certo deseja o entendimento, pois sabe que, a exigir tudo, poderá acabar por não receber nada e ser mesmo responsável pelo cataclismo geral do sistema vigente.

O autor, no plenário da 74ª Reunião da União Interparlamentar, em Ottawa, Canadá, integrante da delegação brasileira, teceu a Tribuna as considerações.